



PERCORSO DI ATTUAZIONE DEL SINODO



# RUMO ÀS ASSEMBLEIAS 2027-2028

**Etapas, critérios e instrumentos para a preparação**

[Texto original: italiano.]

FAZER MEMÓRIA  
INTERPRETAR  
ORIENTAR  
CELEBRAR

Reunir a Igreja para reler em conjunto o que aconteceu e partilhar as maravilhas operadas pelo Senhor é uma prática que tem as suas raízes na experiência do regresso da missão narrada pelo Evangelho: depois de terem sido enviados dois a dois, «os setenta e dois regressaram cheios de alegria» (Lc. 10,17), contando o que o Senhor tinha realizado por meio deles.

Posteriormente, também a Igreja apostólica retoma a mesma prática, como podemos ler no livro dos Atos: « Quando chegámos a Jerusalém, os irmãos acolheram-nos com alegria. No dia seguinte, Paulo foi connosco até à casa de Tiago, onde se encontravam também todos os anciãos. Depois de os saudar, ele começou a contar em pormenor o que Deus tinha feito entre os pagãos por meio do seu ministério» (At 21,17-19; cf. também At 14,27 e At 15,4.12).

É nestas narrativas que se inspira o percurso sinodal dos próximos anos, que será uma ocasião para **reunir o Povo de Deus, contemplar em conjunto a obra que Deus continua a realizar** no meio de nós, **partilhar os seus frutos e dar graças**. As Igrejas assim reunidas poderão viver a experiência da troca de dons, retomando outro dinamismo espiritual fundamental atestado pelo Novo Testamento (cf. Rm 15,26-27), proposto de novo pelo Concílio (cf. LG 13 e 23; AG 38; PO 6, 7 e 10) e retomado decididamente no Documento Final (DF) do Sínodo 2021-2024 (cf. em particular nn. 120-123).

As Assembleias de 2027-2028, a cuja preparação se dedica este texto, situam-se na fase de implementação do Sínodo, que constitui o terceiro momento do processo delineado pela constituição apostólica *Episcopalis communio*, após a consulta e a escuta do Povo de Deus (2021-2023) e a fase celebrativa, que culminou nas duas sessões da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, em outubro de 2023 e outubro de 2024. Com a entrega do *Documento final*, o Papa Francisco inaugurou esta nova etapa, posteriormente confirmada e promovida pelo Papa Leão XIV. As *Pistas para a fase de implementação do Sínodo* (de 29 de Junho de 2025 e disponíveis no site [www.synod.va](http://www.synod.va)) delinearam ainda mais o horizonte e o estilo deste percurso, oferecendo critérios e primeiras orientações.

As sugestões aqui apresentadas visam contribuir para uma forma ainda mais concreta do processo em curso, atendendo ao envolvimento das Igrejas locais e dos diversos âmbitos de comunhão eclesial. **A fase de implementação não introduz tarefas adicionais em relação à vida ordinária das comunidades, mas orienta-a e renova-a a partir de dentro**: convida a experimentar práticas e formas de vida eclesial mais sinodais, a verificar os seus frutos e a

partilhá-los, num dinamismo de intercâmbio entre as Igrejas que alimenta a comunhão e sustenta a missão. Neste horizonte compreende-se o sentido das Assembleias anunciadas pelas *Pistas*: não como eventos isolados, mas como momentos qualificados dentro de um processo mais amplo de discernimento, de conversão e de crescimento que culminará na Assembleia eclesial de 2028.

**As Assembleias** previstas para os próximos anos **constituem um passo decisivo na implementação do Sínodo**. Como já foi destacado nas *Pistas*, não se trata de acrescentar uma etapa formal nem de repetir o que já foi vivido nas fases análogas do Sínodo 2021-2024, mas de ajudar as Igrejas a transformar a experiência vivida em sabedoria partilhada. O que está em jogo não é a simples continuidade de um processo, mas o seu amadurecimento.

A intenção é simultaneamente simples e exigente: reconhecer o que o Espírito Santo fez crescer, compreender as dificuldades ainda presentes no caminho e identificar com realismo e confiança os passos a dar. Neste sentido, as Assembleias não são uma verificação técnica, mas ocasiões de discernimento, de corresponsabilidade e de ação de graças, num processo partilhado por toda a Igreja.

Para preservar a unidade deste processo, propõe-se **uma pergunta comum que possa orientar o trabalho** a todos os níveis, deixando a cada etapa a tarefa de a adaptar ao seu próprio contexto:

*À luz do caminho empreendido após a conclusão do Sínodo 2021-2024,  
e com vista a oferecer os seus frutos como dom às outras Igrejas e ao Santo Padre:*

***qual rosto concreto de Igreja sinodal missionária  
e que novos caminhos de sinodalidade  
estão a surgir na sua comunidade?***

Esta pergunta convida-nos a reler em oração a experiência da atuação do *Documento Final*: as práticas iniciadas, os novos começos, as transformações em curso, mas também as dificuldades encontradas. Ao mesmo tempo, esta questão ativa um processo narrativo e comunicativo entre as Igrejas, ajudando-as a não se isolarem, mas a situarem as suas experiências num horizonte mais vasto de comunhão.

## Objetivos e perspetivas

Uma *Assembleia de avaliação (assessment)* é **um processo espiritual e um momento celebrativo em que se fazem emergir os traços principais de um caminho comunitário de crescimento na sinodalidade**, que é uma dimensão essencial da vida da Igreja, enraizada na comunhão e orientada para a missão. Por conseguinte, o objetivo do processo de avaliação é o crescimento de todo o Povo de Deus nas relações e na fidelidade à missão da Igreja no mundo, com particular atenção à participação das mulheres, dos jovens, dos pobres e dos que vivem nas margens das nossas comunidades.

As Assembleias e a sua preparação não visam repetir o processo de consulta do Sínodo, mas sim **aprender com a experiência vivida, reconhecer os frutos e as dificuldades, recalibrar as prioridades** e os processos à luz de um discernimento cuidadoso, fortalecer a corresponsabilidade entre as entidades eclesiais e fomentar uma troca autêntica de dons entre as Igrejas. Em tudo isto, continua a ser crucial manter uma escuta vigilante da voz do Espírito Santo à luz da Palavra de Deus: as Assembleias não são uma consulta sociológica nem um processo

deliberativo. A qualidade da oração, da escuta e da partilha é mais importante do que a quantidade de materiais produzidos, que devem ser essenciais e direcionados.

Em particular, as Assembleias fazem parte de processos eclesiais mais vastos, que exigem tempos adequados de preparação, o envolvimento genuíno das comunidades e dos organismos participativos e uma atenção especial à partilha e comunicação dos frutos. **As Assembleias não esgotam o percurso, mas representam um momento de síntese e de relançamento:** o que nelas é reconhecido e partilhado visa orientar os passos subsequentes, nutrir o diálogo entre as Igrejas e apoiar a continuidade do processo de crescimento sinodal missionário.

## Responsabilidade e composição

A **responsabilidade** do processo cabe ao bispo diocesano ou eparquial, no caso das Assembleias diocesanas e eparquiais; ao presidente da Conferência Episcopal, no caso das Assembleias nacionais ou regionais; e aos responsáveis dos órgãos continentais, no caso das Assembleias de tal nível. Esta responsabilidade deve ser exercida no espírito do referido no *Documento Final* nos números 69 e 92, contando com a colaboração dos órgãos participativos e das equipas sinodais, às quais é confiada a organização e a coordenação dos trabalhos. Nesta perspectiva, as equipas sinodais não são meramente estruturas operacionais, mas órgãos que desenvolveram uma experiência de escuta e corresponsabilização que deve ser preservada e melhorada. Por esta razão, onde ainda não o tenha sido feito, é essencial reativar e apoiar as equipas sinodais diocesanas, nacionais e continentais, comunicando a sua composição à Secretaria Geral do Sínodo<sup>1</sup>.

A **composição das Assembleias** deve ser coerente com o seu propósito. Não se trata simplesmente de representar uma diocese ou a Igreja de um país ou região, mas de assegurar a presença de pessoas que conheçam os processos em curso e sejam capazes de os interpretar teológica e pastoralmente. A seleção dos participantes deve assegurar uma atenção adequada às relações entre homens e mulheres e entre diferentes gerações, à diversidade cultural e eclesial – incluindo presbíteros, diáconos, consagrados e consagradas, membros de associações, movimentos e novas comunidades, bem como fiéis não incluídos em estruturas organizadas – e à presença de pessoas que vivenciam situações de vulnerabilidade ou marginalização. Deve ser dada especial atenção ao envolvimento dos párocos. É também importante valorizar as vozes não diretamente ligadas à estrutura eclesial e, onde apropriado, incluir a participação de representantes de outras Igrejas e Comunhões cristãs ou de outras religiões. Os níveis e métodos de participação podem variar de acordo com os contextos culturais, as competências e as experiências, mas **é essencial que os participantes estejam disponíveis para apoiar o processo também para além de 2028**, ajudando a garantir a sua continuidade.

Uma vez que o número de participantes nas reuniões presenciais será necessariamente limitado, é também necessário disponibilizar modalidades que permitam ao maior número possível de fiéis sentirem-se verdadeiramente parte do processo. Para este efeito, podem ser organizadas sessões de preparação online e a participação remota em algumas sessões pode ser possibilitada, inclusive através de transmissões em direto com tradução, quando necessário. Os materiais produzidos durante o processo serão disponibilizados, pelo menos online. Ao mesmo tempo, a importância das reuniões presenciais, mesmo durante a fase de preparação,

---

<sup>1</sup> O módulo para a inscrição das equipas sinodais diocesanas, nacionais e continentais está disponível em: [https://synod2024db.com/2025\\_synodal-teams-registration/](https://synod2024db.com/2025_synodal-teams-registration/)

como oportunidades insubstituíveis de escuta mútua e discernimento partilhado, não deve ser subestimada.

## Calendário e instrumentos

O calendário das Assembleias segue o já indicado nas *Pistas*:

- Primeiro semestre de 2027: Assembleias de avaliação diocesanas e eparquiais
- Segundo semestre de 2027: Assembleias de avaliação nacionais ou regionais
- Primeiro quadrimestre de 2028: Assembleias de avaliação continentais
- Outubro de 2028: Assembleia Eclesial no Vaticano

**As modalidades concretas de realização deverão ser adaptadas, com prudência e liberdade, às condições culturais, sociais e também políticas dos diversos contextos.** Do ponto de vista metodológico, a conversação no Espírito permanece a referência privilegiada, ainda que com as adaptações necessárias às exigências específicas de um processo de avaliação nas diferentes etapas.

Os textos de referência deste percurso continuam a ser, antes de mais, o ***Documento Final*** da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos e as ***Pistas para a fase de implementação do Sínodo***. Além disso, recorda-se que está em curso a publicação dos *Relatórios finais dos Grupos de Estudo* ativados após a primeira Sessão, reunidos numa página dedicada do site [www.synod.va](http://www.synod.va), à medida que vão sendo disponibilizados. Estes *Relatórios*, que oferecem elementos de aprofundamento sobre algumas questões relevantes para a vida eclesial, deverão ser acolhidos e, tanto quanto possível, integrados nas diversas fases do percurso, não como conteúdos a aplicar, mas como estímulos que podem iluminar o discernimento em curso e ajudar a situá-lo num horizonte mais amplo.

Para apoiar adequadamente a preparação, serão disponibilizados outros materiais de trabalho e organizados encontros formativos online, com o objetivo de clarificar objetivos e conteúdos e de acompanhar os responsáveis no desenvolvimento do processo. Informações mais detalhadas serão enviadas oportunamente. Estes instrumentos visam favorecer uma participação consciente e uma condução coerente das Assembleias, no respeito pela diversidade dos contextos e na unidade do caminho eclesial.

A partir deste quadro geral, apresentam-se agora algumas indicações relativas às diversas etapas do percurso, de modo a acompanhar mais concretamente o seu desenvolvimento, permanecendo válida a necessidade de as adaptar, com prudência e liberdade, às especificidades de cada contexto. Cada um é convidado a deter-se de modo particular na etapa para a qual é chamado a contribuir ou pela qual assume uma responsabilidade específica; ao mesmo tempo, uma leitura de conjunto permite captar melhor a unidade e o alcance do processo, favorecendo uma participação mais consciente e harmoniosa.

# ETAPAS DO PERCURSO

## **FAZER MEMÓRIA**

Etapa das Igrejas locais (Dioceses e Eparquias)

## **INTERPRETAR**

Etapa das Igrejas locais de uma Conferência Episcopal (nacional ou regional)

## **ORIENTAR**

Etapa das Igrejas locais de cada continente (ou região continental)

## **CELEBRAR**

Assembleia eclesial de toda a Igreja



## O CAMINHO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SÍNODO

### Etapa das Igrejas locais

#### (Dioceses e Eparquias)

- primeiro semestre de 2027 -

# FAZER MEMÓRIA

# INTERPRETAR

# ORIENTAR

# CELEBRAR

# FAZER MEMÓRIA

*Disse, então, Aquele que estava sentado no trono:  
«Eis que faço novas todas as coisas».  
E acrescentou: «Escreve,  
Porque estas palavras são dignas de fé e verdadeiras». (Ap 21,5)*

A etapa das Igrejas locais (Dioceses e Eparquias) situa-se no primeiro semestre de 2027 como um tempo de memória e de discernimento. Não se trata de um simples exercício de reconstrução, mas de um ato eclesial: **recolher e reconhecer o que aconteceu, captar o seu significado, deixar emergir aquilo que está a germinar**. Neste contexto, fazer memória não significa olhar para o passado, mas ler o presente à luz da ação do Espírito Santo na história e na vida das comunidades. O horizonte de trabalho desta etapa é, antes de mais, **narrativo**.

Nesta etapa, a Igreja local é chamada, antes de tudo, a **recolher e a pôr em relação as experiências iniciadas**: novas formas de presença missionária, práticas de corresponsabilidade, percursos de escuta, transformações nos processos de decisão, reformas das estruturas. Trata-se de narrar, evidenciando dinâmicas, etapas e aprendizagens, tendo presente a tríplice conversão eclesial evidenciada no *Documento Final*: a conversão das relações, dos processos de decisão e dos vínculos entre as Igrejas e com os territórios. Neste quadro, será importante manter unidas as dimensões pessoal e comunitária da conversão, sem descuidar o plano das reformas estruturais.

Esta etapa desenvolve-se através de dois momentos estreitamente ligados e complementares.

- O primeiro consiste **numa releitura espiritual da experiência**, a realizar antes da Assembleia, que permite recolher, organizar e clarificar o que foi vivido nos diversos âmbitos. Fruto deste trabalho será o relatório narrativo.
- O segundo momento é a **Assembleia propriamente dita**, na qual esta primeira elaboração é acolhida, partilhada e interpretada de modo orgânico: é aqui que, através da escuta recíproca e do discernimento comum, amadurece uma compreensão mais profunda do caminho e se identificam os elementos essenciais a guardar e a relançar.

Ambos os momentos estão orientados tanto para o crescimento interno da comunidade como para a comunicação com as outras Igrejas locais: aquilo que amadureceu é reconhecido e oferecido como contributo para um caminho eclesial mais amplo. Por isso, a Assembleia será também ocasião para redigir uma Carta às outras Igrejas, partilhando com elas os frutos mais significativos do percurso de avaliação.

## A. O relatório narrativo

O ponto de partida desta etapa consiste num trabalho de releitura atenta e articulada do caminho percorrido. O ponto de referência é a pergunta central que orienta todo o processo, concretizada no contexto específico da Diocese ou Eparquia:

*À luz do caminho empreendido após a conclusão do Sínodo 2021-2024, e com vista a oferecer os seus frutos como dom às outras Igrejas e ao Santo Padre: qual rosto concreto de Igreja sinodal missionária e que novos caminhos de sinodalidade estão a surgir na sua comunidade?*

Trata-se de examinar, à luz desta pergunta, de que modo o *Documento Final* do Sínodo encontrou concretização, quais os processos iniciados, que transformações estão em curso, que dificuldades surgiram e que perspectivas se delineiam.

Para apoiar este trabalho e favorecer a sua concretização, a partir das *Pistas*, sugerem-se alguns âmbitos nos quais as Igrejas locais poderão interrogar-se para reconhecer passos de receção e de desenvolvimento:

- promoção de uma espiritualidade sinodal (cf. DF, nn. 43-46) e de uma liturgia em chave sinodal (cf. DF, n. 27);
- valorização dos ministérios e carismas; acesso dos fiéis leigos a funções de liderança que não requerem o sacramento da Ordem e a outras responsabilidades eclesiais (cf. DF, nn. 60, 75-77);
- prática do discernimento eclesial (cf. DF, nn. 81-86), processos de decisão em estilo sinodal (cf. DF, nn. 93-94) e funcionamento dos organismos de participação em estilo sinodal (cf. DF, nn. 103-106);
- desenvolvimento de práticas de transparência, prestação de contas e avaliação (cf. DF, nn. 95-102);
- renovação missionária das paróquias e comunidades locais (cf. DF, nn. 117-119);
- vínculos entre dioceses vizinhas, nas regiões e entre países (cf. DF, n. 124);
- estilo sinodal nas relações ecuménicas (cf. DF, nn. 137-138);
- estilo sinodal nas relações inter-religiosas (cf. DF, n. 123);
- estilo sinodal na presença organizada na sociedade (educação, cultura, promoção humana, acolhimento, saúde, etc.; cf. DF, n. 118) e na promoção da paz, da justiça e do cuidado da casa comum (cf. DF, nn. 47-48, 121);
- atividades de formação para a sinodalidade (cf. DF, nn. 143-151) e carácter sinodal dos percursos de Iniciação cristã (cf. DF, n. 142);
- etc.

Esta lista, que não é exaustiva, deve ser entendida como um auxílio para não negligenciar dimensões relevantes da experiência. Cada Igreja local é convidada a dar especial atenção aos âmbitos que se revelam mais significativos no seu contexto, **sem obrigação de os abordar todos**. Em todo o caso, é essencial que a releitura não se concentre exclusivamente na vida interna da comunidade cristã, mas mantenha aberta a perspetiva missionária: **de que modo a experiência de implementação do Sínodo contribuiu — e pode contribuir — para tornar a Igreja mais capaz de anunciar o Evangelho nas situações concretas da vida humana e social?**

Para facilitar este processo, nos próximos meses será enviada uma grelha para a redação do relatório narrativo. Desde já se recorda que o texto poderá ser acompanhado por breves contributos (indicativamente de uma página cada) dedicados a experiências específicas que se

considerem significativas partilhar, incluindo aquelas que não produziram os resultados esperados: também estas podem oferecer elementos preciosos de aprendizagem.

**A coordenação da redação do relatório será, em regra, confiada à equipa sinodal,** que trabalhará em colaboração com pessoas e organismos envolvidos nos diversos âmbitos da vida eclesial, **sob a responsabilidade final do Bispo, a quem compete a aprovação final.** Caso o Bispo considere necessárias modificações ou correções, devolverá o texto à equipa, fundamentando as suas observações. Este trabalho deverá estar concluído antes da Assembleia, sendo o relatório disponibilizado aos participantes com a devida antecedência.

## B. A Assembleia: releitura global do caminho e carta às outras Igrejas

A Assembleia constitui o momento em que a releitura analítica é acolhida, partilhada e interpretada à luz da experiência da Igreja diocesana ou eparquial no seu conjunto. **O relatório narrativo representa a base de partida da Assembleia:** é na escuta recíproca, no diálogo e na oração comum que pode amadurecer um olhar mais integrado sobre o caminho percorrido. A conversação no Espírito, devidamente adaptada, permanece o método de referência, na consciência de que o discernimento eclesial não é o resultado de um compromisso entre posições, mas fruto de uma escuta comum do Espírito.

O objetivo da Assembleia não é produzir um novo documento de síntese, mas **elaborar uma breve carta,** destinada às outras Igrejas locais de todo o mundo, para partilhar, de forma essencial e comunicativa, os principais frutos do percurso de implementação do Sínodo: aquilo que foi compreendido, o que se revela promissor e o que permanece em aberto.

Esta carta — de extensão moderada — possui um valor que ultrapassa a simples comunicação. Trata-se de um verdadeiro ato de comunicação eclesial, que permite participar na troca de dons entre as Igrejas, oferecendo a própria experiência e abrindo-se à dos outros. Também para a sua redação será disponibilizada uma grelha orientadora.

No final da Assembleia, tanto o relatório narrativo como a carta serão enviados à equipa sinodal nacional (ou regional), como contributo para a etapa seguinte de discernimento, e partilhados com a Secretaria Geral do Sínodo **até 30 de junho de 2027.**

### EM SÍNTESE

Durante a Etapa das Igrejas locais são elaborados dois contributos distintos e complementares: tendo **em vista a Assembleia,** um relatório narrativo, que recolha de forma articulada a releitura espiritual, teológica e pastoral da experiência nos diversos âmbitos considerados; **durante a Assembleia,** uma carta às outras Igrejas, que restitua de forma sintética o sentido global do caminho e os principais frutos recolhidos.

Neste duplo exercício — voltado primeiro para o interior da comunidade eclesial diocesana ou eparquial e depois para o exterior —, sob a responsabilidade final do Bispo, joga-se a qualidade desta etapa. Não se trata apenas de compreender melhor o que aconteceu, mas de reconhecer juntos aquilo que o Espírito está a fazer nascer e partilhá-lo como dom para o caminho de toda a Igreja.



## O CAMINHO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SÍNODO

# Etapa das Igrejas locais de uma Conferência Episcopal (nacional ou regional)

- segundo semestre de 2027 -

FAZER MEMÓRIA

**INTERPRETAR**

ORIENTAR

CELEBRAR

# INTERPRETAR

*“Não tenhas medo! Eu sou o primeiro e o último, Aquele que vive.[...] Escreve, pois, as coisas que viste, as que existem e as que estão para acontecer depois destas. É este o mistério das sete estrelas que viste na minha mão direita e dos sete candelabros de ouro: as sete estrelas são os anjos das sete Igrejas, e os sete candelabros são as sete Igrejas” (Ap 1, 17-20)*

No conjunto do processo, a etapa das Igrejas locais de uma Conferência Episcopal constitui um tempo de interpretação sapiencial e teológica. Após o trabalho de releitura e narração realizado pelas Dioceses ou Eparquias, é agora pedido um passo ulterior: **acolher os frutos partilhados, colocá-los em relação entre si e deixar emergir o seu significado eclesial mais amplo**. É o momento em que as experiências locais, sem perderem o seu caráter concreto, são assumidas num horizonte mais vasto, capaz de identificar dinâmicas comuns, convergências e tensões, bem como perspectivas que dizem respeito ao conjunto da Igreja num determinado território.

Em geral, **esta etapa tem como protagonistas as Igrejas pertencentes a uma mesma Conferência Episcopal**, que constitui, neste momento do processo, a referência ordinária para o discernimento e o trabalho de elaboração. Contudo, quando as circunstâncias o aconselharem, poderá também ser vivida em regiões eclesiais de âmbito mais restrito (como as Províncias Eclesiásticas) ou mais amplo, reunindo países que partilham contextos culturais, sociais ou pastorais particularmente homogêneos (como sucede, por exemplo, em algumas regiões de África ou da Europa). Nesta perspectiva, também as Igrejas reunidas na CEAMA (Conferência Eclesial da Amazônia) são convidadas a desenvolver um percurso próprio e específico, que confluirá depois na elaboração global das Igrejas da América Latina. As Dioceses ou Eparquias que não pertencem a uma Conferência Episcopal são convidadas a identificar com que agrupamento de Igrejas poderá ser mais fecundo realizar esta etapa, tendo em conta a proximidade cultural, social ou pastoral.

Sob a responsabilidade constante do Presidente da Conferência Episcopal, as equipas sinodais são chamadas a coordenar esta fase, trabalhando em colaboração com organismos, comissões e pessoas competentes a nível nacional ou regional, envolvendo adequadamente também peritos e representantes das equipas sinodais diocesanas ou eparquiais.

Também esta etapa se articula em dois momentos distintos e complementares. O primeiro é dedicado a uma releitura focalizada de alguns aspetos específicos, incluindo a elaboração de fichas temáticas, que conduzirá à **redação de uma relação teológico-pastoral**; o segundo encontra o seu centro na Assembleia, chamada a formular uma interpretação partilhada do caminho percorrido e a comunicar os seus frutos às outras Igrejas através de **uma carta**.

## A. A relação teológico-pastoral

O primeiro passo desta etapa prevê a **elaboração de fichas temáticas** que permitam organizar e evidenciar o que foi vivido e iniciado nos diversos âmbitos da vida eclesial. O

trabalho consiste em recolher e reelaborar o que emerge dos contributos das Dioceses e Eparquias (relatórios narrativos e cartas), redigindo as seguintes fichas temáticas:

1. Promoção de uma espiritualidade sinodal (cf. DF, nn. 43-46) e de uma liturgia em chave sinodal (cf. DF, n. 27)
2. Valorização dos ministérios e carismas; acesso dos fiéis leigos a funções de liderança que não requerem o sacramento da Ordem e a outras responsabilidades eclesiais (cf. DF, nn. 60, 75-77)
3. Prática do discernimento eclesial (cf. DF, nn. 81-86), processos de decisão em estilo sinodal (cf. DF, nn. 93-94) e funcionamento dos organismos de participação em estilo sinodal (cf. DF, nn. 103-106)
4. Desenvolvimento de práticas de transparência, prestação de contas e avaliação (cf. DF, nn. 95-102)
5. Renovação missionária das paróquias e comunidades locais (cf. DF, nn. 117-119)
6. Vínculos entre dioceses vizinhas, nas regiões e entre países (cf. DF, n. 124)
7. Estilo sinodal nas relações ecuménicas (cf. DF, nn. 137-138)
8. Estilo sinodal nas relações inter-religiosas (cf. DF, n. 123)
9. Estilo sinodal na presença organizada na sociedade (educação, cultura, promoção humana, acolhimento, saúde, etc.; cf. DF, n. 118) e na promoção da paz, da justiça e do cuidado da casa comum (cf. DF, nn. 47-48, 121)
10. Atividades de formação para a sinodalidade (cf. DF, nn. 143-151) e carácter sinodal dos percursos de Iniciação cristã (cf. DF, n. 142)

Outras fichas convidam a uma releitura de questões específicas mais evidentes na dinâmica dos agrupamentos de Igrejas:

11. Formação para a sinodalidade nos Seminários (cf. DF, n. 142)
12. Estilo sinodal e formação para a sinodalidade nas Faculdades e instituições teológicas (cf. DF, n. 67)
13. Estilo sinodal das Conferências Episcopais e a sua estrutura (cf. DF, n. 125)
14. Participação da Vida Consagrada e das agregações laicais no dinamismo sinodal da Igreja local (cf. DF, nn. 65, 118)

Através da elaboração destas fichas (para as quais será oportunamente fornecida uma grelha), procura-se evidenciar não apenas o que foi realizado, mas sobretudo **as dinâmicas que atravessam os diferentes âmbitos, os critérios que estão a emergir e as questões que pedem um aprofundamento ulterior**. Em relação à etapa anterior, o trabalho agora solicitado implica uma interpretação mais explícita, tanto teológica como pastoral, da experiência. Uma vez elaboradas as fichas temáticas, sob a coordenação da equipa sinodal, será redigida uma introdução de algumas páginas que ofereça uma leitura teológico-pastoral global.

**O conjunto formado pela introdução e pelas fichas constitui a relação teológico-pastoral**, descreve as principais dinâmicas emergentes, as questões transversais que afectam as diversas áreas e as perspectivas que se abrem para o futuro. Trata-se de um recurso valioso, que dá voz à consciência eclesial amadurecida a nível local: restitui o que foi recebido pelas

Igrejas locais, incentivando-as a inserir a sua própria trajetória num horizonte mais amplo e comum, e constitui o ponto de partida para os trabalhos da Assembleia nacional (ou regional) de avaliação.

Além disso, nesta fase, as equipas sinodais avaliarão as formas mais adequadas para a publicação e difusão das cartas às outras Igrejas redigidas pelas Dioceses e Eparquias, como sinal concreto do caminho realizado e da pluralidade de vozes que o animaram.

## B. A Assembleia: releitura global do caminho e carta às outras Igrejas

A Assembleia de avaliação nacional (ou regional) é chamada a acolher os diversos materiais recebidos (relação teológico-pastoral, relatórios narrativos e cartas às Igrejas pelas Dioceses ou Eparquias) e a relê-los de modo orgânico. O objetivo não é produzir uma síntese, mas deixar emergir uma interpretação partilhada do caminho, capaz de indicar o que se revela mais significativo para o presente e para o futuro.

Concretamente, a Assembleia será chamada a redigir uma carta dirigida às Igrejas locais e aos agrupamentos de Igrejas de todo o mundo, na qual se exprimam, de forma essencial e comunicativa, os principais frutos do caminho: aquilo que se aprendeu, o que se reconhece como promissor e as intuições que podem ser oferecidas como contributo para o caminho comum. Tal como na etapa local, o cuidado com a comunicação é parte integrante do processo: é através desta troca que as Igrejas crescem juntas.

A relação teológico-pastoral e a carta serão disponibilizadas à equipa sinodal continental como contributo para a etapa seguinte do processo e partilhadas com a Secretaria Geral do Sínodo **até 31 de dezembro de 2027**.

### EM SÍNTESE

A tarefa da Etapa das Igrejas locais de uma Conferência Episcopal (nacional ou regional) é oferecer uma interpretação teológico-pastoral do caminho percorrido, capaz de colocar em relação as experiências, de as iluminar reciprocamente à luz da Palavra de Deus e do ensinamento da Igreja, com vista a uma comunicação mais ampla a todo o Povo de Deus, ao serviço da sua missão.

O seu trabalho concretiza-se na elaboração: **antes da Assembleia**, uma relação teológico-pastoral, composta por fichas temáticas e por uma introdução que oferece uma interpretação global; **durante a Assembleia**, uma carta dirigida às outras Igrejas do mundo, que partilhe os principais frutos do caminho.

A estes materiais junta-se a recolha organizada dos relatórios narrativos e das cartas produzidas pelas Dioceses e Eparquia



## O CAMINHO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SÍNODO

# Etapa das Igrejas locais de cada continente (ou região continental)

- primeiro quadrimestre de 2028 -

FAZER MEMÓRIA  
INTERPRETAR  
**ORIENTAR**  
CELEBRAR

# ORIENTAR

*E vi a cidade santa, a nova Jerusalém,  
que descia do céu, de junto de Deus, preparada como uma noiva adornada para o seu esposo.  
E ouvi uma voz forte, que vinha do trono e dizia:  
«Eis a tenda de Deus entre os homens! Ele estabelecerá entre eles a sua tenda:  
eles serão o seu povo, e o próprio Deus estará com eles e será o seu Deus. (Ap 21, 2-3)*

No âmbito do percurso de implementação do Sínodo, a etapa continental configura-se **como um momento de orientação, capaz de abrir novas perspectivas**. Após a releitura do caminho realizada pelas Dioceses e Eparquias, e a interpretação amadurecida ao nível das Conferências Episcopais (nacionais ou regionais), abre-se agora um espaço em que as Igrejas dos diferentes continentes podem reconhecer conjuntamente os passos que o Espírito Santo as convida a dar nos diversos âmbitos evidenciados. Este momento requer uma escuta mais profunda da ação do Espírito na experiência vivida e convida a discernir as dinâmicas em curso à luz da Palavra de Deus e da tradição da Igreja, permitindo que emerjam critérios e orientações para o caminho rumo a uma Igreja sinodal missionária capaz de habitar o mundo contemporâneo.

Os continentes (o regiões continentais) não representam apenas uma divisão geográfica, mas exprimem contextos culturais, sociais e religiosos marcados por dinâmicas comuns: processos migratórios, transformações culturais, tensões políticas, mudanças nas formas de viver a fé. O continente não é uma simples síntese intermédia, mas um espaço onde as Igrejas podem reconhecer, em conjunto, desafios que ultrapassam as fronteiras nacionais e pedem respostas partilhadas.

O trabalho desta etapa consistirá na recolha e análise dos materiais produzidos na etapa das Igrejas locais de uma Conferência Episcopal (nacional ou regional), acompanhada pela elaboração de fichas temáticas específicas (em particular sobre o funcionamento sinodal dos agrupamentos continentais de Igrejas). Seguir-se-á um momento propriamente de discernimento, orientado para a elaboração de um **“relatório de perspectiva”**: uma releitura global do caminho, capaz de identificar prioridades emergentes e orientações partilhadas. De fundamental importância será a comunicação com as Igrejas dos outros continentes, com as quais se partilharão os principais frutos. Os resultados deverão ser enviados à **Secretaria Geral do Sínodo até 30 de abril de 2028**.

Os aspetos específicos desta etapa e **as modalidades concretas de realização do trabalho serão ulteriormente aprofundados em diálogo com os representantes dos diversos continentes**, com vista à formulação de indicações mais detalhadas e à preparação de materiais de apoio *ad hoc*.

Neste mesmo horizonte insere-se também um diálogo no interior da Cúria Romana sobre a implementação do Sínodo. Os seus resultados, colocados em relação com os frutos das Assembleias continentais, favorecerão uma integração mais profunda entre o discernimento das Igrejas e o serviço dos organismos da Santa Sé.



O CAMINHO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SÍNODO

# Assembleia eclesial de toda a Igreja

- outubro de 2028 -

FAZER MEMÓRIA  
INTERPRETAR  
ORIENTAR  
**CELEBRAR**

# CELEBRAR

*Veio, então, um dos sete anjos, que tinham as sete taças cheias com os sete últimos flagelos, e falou comigo, dizendo: «Vem! Vou mostrar-te a noiva, a esposa do Cordeiro». E transportou-me, em espírito, a um alto e grande monte, e mostrou-me a cidade santa, Jerusalém, que descia do céu, de junto de Deus. A cidade não precisa do sol nem da lua para a iluminar, pois é a glória de Deus que a ilumina, e a sua lâmpada é o Cordeiro. As nações caminharão à sua luz, e os reis da terra hão de trazer-lhe a sua própria glória (Ap 21,9-10.23-24)*

O percurso das Assembleias encontra o seu momento culminante na Assembleia eclesial de outubro de 2028, através da qual toda a Igreja é chamada a **reconhecer, celebrar e relançar** os frutos amadurecidos no caminho de implementação do Sínodo. Mais do que um ponto de chegada, a Assembleia eclesial configura-se como o momento em que o caminho percorrido é reconduzido à unidade, aberto a novos desenvolvimentos e confiado ao discernimento de toda a Igreja, sob a responsabilidade do Santo Padre.

As modalidades concretas de realização da Assembleia eclesial serão definidas posteriormente com maior precisão. Um *Instrumentum laboris* específico apresentará os conteúdos e o método de trabalho à luz do caminho realizado.

Um traço distintivo desta etapa é a sua dimensão celebrativa. As liturgias, em particular, serão chamadas a tornar visível o que significa ser uma Igreja sinodal missionária: um povo reunido pelo Senhor, em escuta da Palavra, capaz de viver a comunhão e de se abrir à missão. **A dimensão celebrativa não se limitará ao evento que terá lugar no Vaticano:** cada Igreja local será convidada a acompanhá-lo com momentos análogos de celebração e partilha, e a sustentá-lo com a oração, experimentando assim uma forma concreta de comunhão universal.

Além disso, durante a Assembleia eclesial de 2028, serão previstos momentos de diálogo para **aprofundar os núcleos temáticos emergidos ao longo do processo**, bem como grupos de discernimento compostos por pessoas que participaram no caminho e por outras com competências específicas. Estes grupos serão chamados a reler os materiais a partir de diferentes perspetivas (posição eclesial, género, geração, contexto cultural e social). Cada grupo será convidado a oferecer o seu contributo a partir da pergunta que atravessa todo o processo, devidamente reformulada:

*qual rosto concreto de Igreja sinodal missionária  
e que novos caminhos de sinodalidade estão a surgir  
como fruto do percurso realizado após a conclusão do Sínodo 2021-2024?*

Os contributos assim recolhidos serão **apresentados ao Santo Padre como fruto do processo de discernimento**.

Nesta etapa, entrelaçam-se **ação eucarística e discernimento**: aquilo que foi vivido é reconhecido como dom, partilhado na alegria e confiado à responsabilidade de toda a Igreja, para que possa continuar a gerar vida, sob a orientação do Santo Padre.